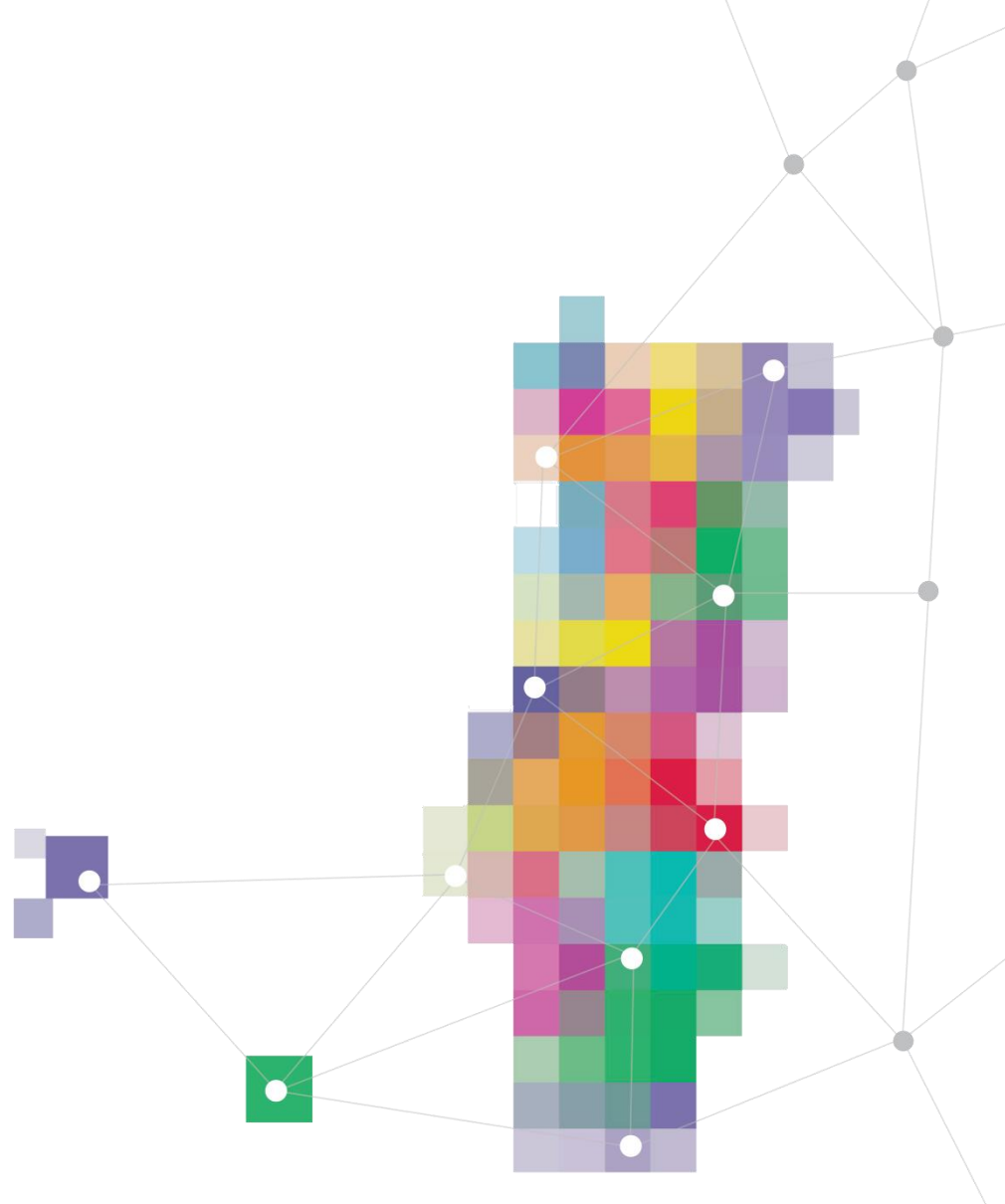


AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FUNDOS DA UNIÃO EUROPEIA: RESULTADOS NAS ABORDAGENS TERRITORIAIS

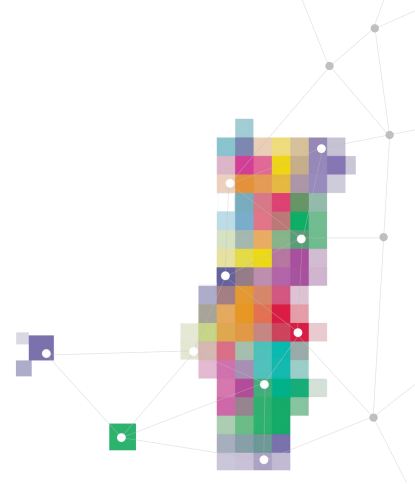
26 novembro 2019

Teatro S. Luiz | Jardim de Inverno | Lisboa

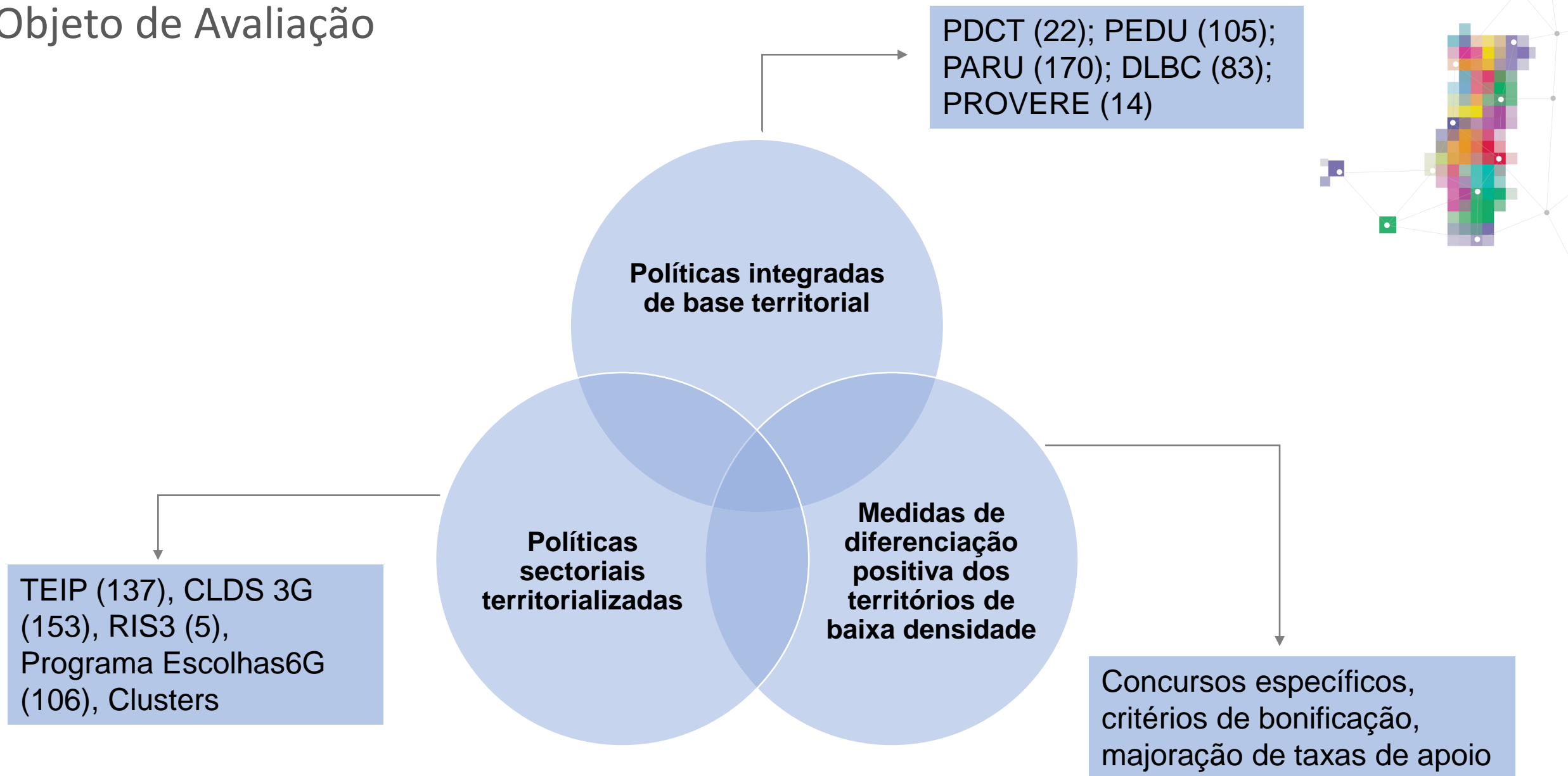


Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial

Sérgio Barroso
CEDRU



Objeto de Avaliação



Teoria da Mudança



Relevância Estratégica

- Mix de políticas adequadas
- Flexibilidade e adaptabilidade instrumental
- Escalas de atuação
- Atores mobilizados

Eficiência Programática (sinergias e complementaridades)

- Integração sectorial (políticas)
- Integração de escalas (Nacional-regional-sub-regional-local)
- Racionalidade das escalas de provisão
- Integração dos FEEI
- Integração dos espaços (territorial)

Eficiência de Governança (subsidiariedade e coordenação)

- Capacidade de liderança dos atores locais
- Cooperação territorial (parcerias)
- Cooperação territorial vertical (multinível)
- Simplificar mecanismo (redução de custos e despesas)

Eficácia da Implementação

- Diferenciação territorial
- Intervenções espacialmente definidas pelos desafios/recursos
- Valorizar o potencial endógeno específico
- Valorizar o conhecimento dos atores do território
- Diferenciar territórios de baixa densidade

Impacto (coesão territorial e convergência)

- Aumentar a eficiência territorial
- Reforçar a identidade territorial
- Aumentar a qualidade territorial
- Reduzir a subutilização do potencial económico local
- Reforçar a participação dos atores na transformação de recursos em valor

Teoria da Mudança

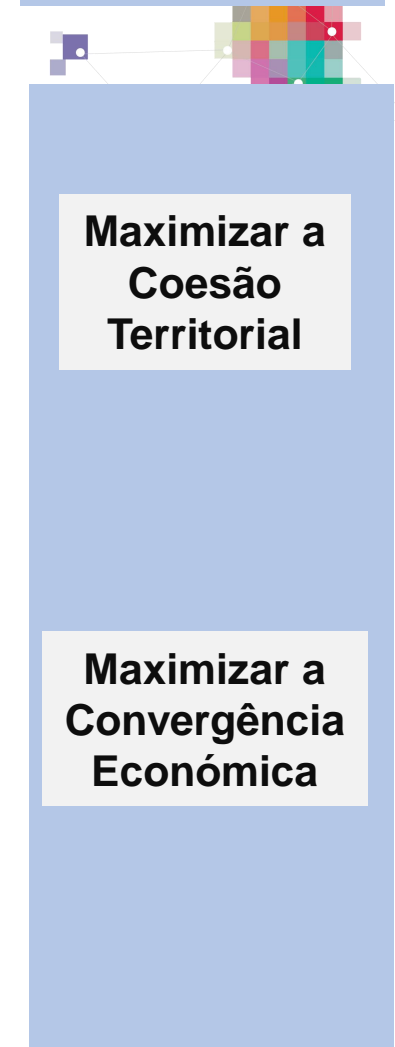
Abordagem Clássica



Abordagem Local do Portugal 2020



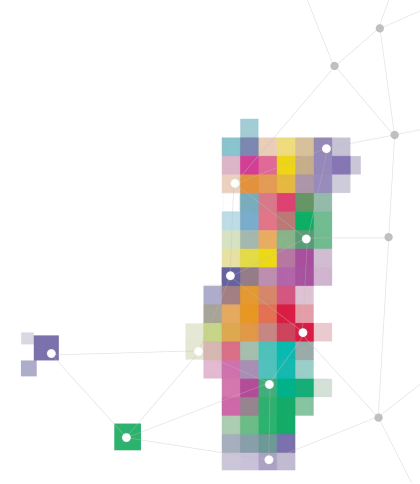
Impactos



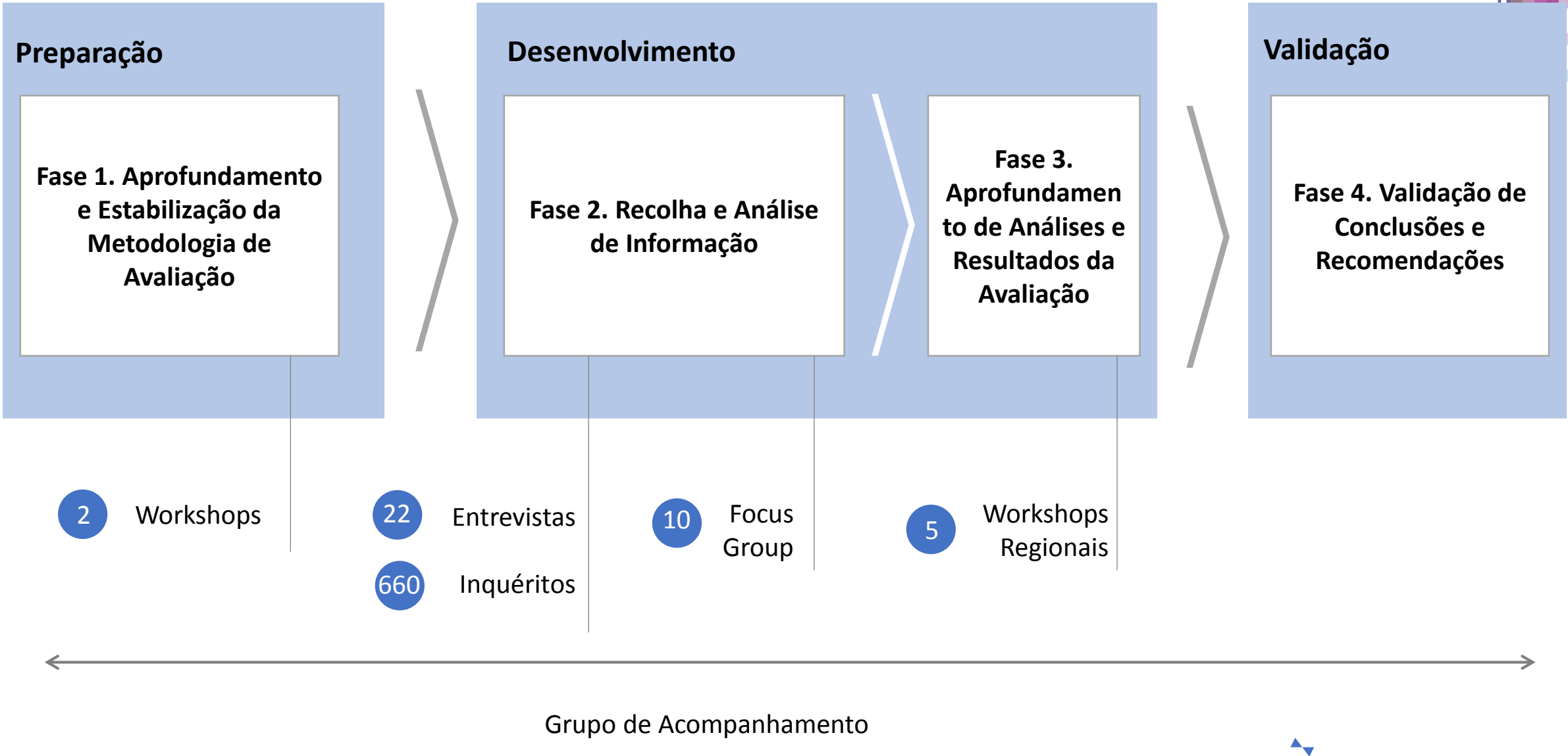
Objetivos da Avaliação

Aferir a pertinência da abordagem territorial do Portugal 2020, considerando a sua contribuição para a redução das assimetrias regional, reforço da convergência económica e coesão territorial.

- Aferir **as complementaridades e as sinergias entre as políticas e os instrumentos de programação** coincidentes no mesmo território.
- Aferir a **eficiência de mecanismos formais e informais de coordenação** entre políticas/instrumentos de programação e governação multinível.
- Aferir a **relação entre a configuração das políticas/instrumentos de programação e a sua implementação**, tendo em vista o alcance dos seus objetivos.
- Avaliar a adequação e **pertinência das medidas de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade**.

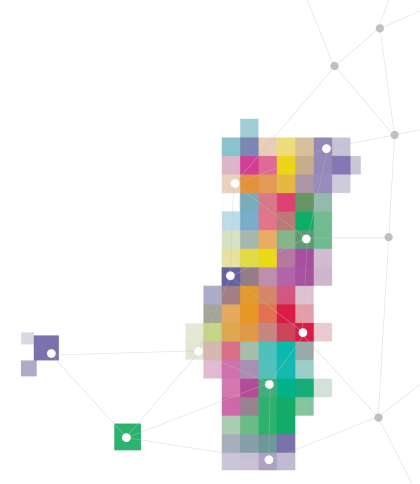


Processo de Avaliação



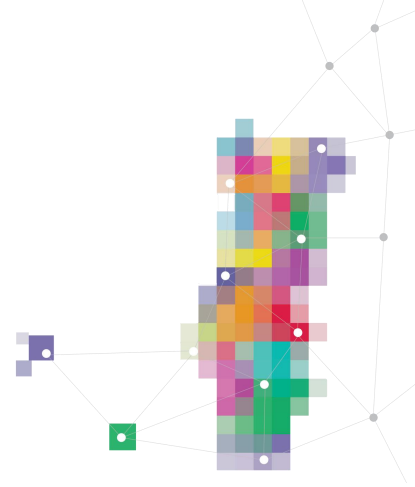
Principais conclusões transversais

- **Limitada apropriação da Abordagem Territorial pelos atores** – a generalidade dos atores só reconhece parcialmente a Abordagem Territorial e os atores sectoriais não reconhecem que os seus instrumentos a integram.
- **Desvio entre as expetativas e as experiências de implementação** – generalizada frustração dos atores com a experiência de implementação e baixo nível de eficácia física e financeira.
- **Modelo adotado intensifica soluções anteriores** – não supera problemas estruturais, pulveriza instrumentos, reduzindo impactos, agravando custos de transação e condicionando acompanhamento.
- **Condicionantes exteriores fortemente limitadoras** – Disfuncionalidades na organização territorial do Estado e suas funções e um Sistema de Gestão Territorial incompleto.



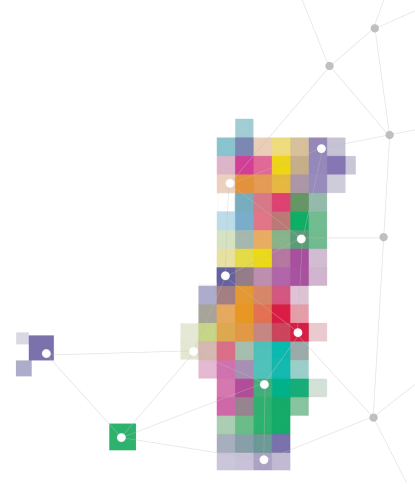
Do processo de configuração à implementação

- **Aprofundamento dos processos de planeamento estratégico regional e sub-regional** - promoveu a participação, capacitação, legitimação de lideranças e compromisso com resultados.
- **Quadro de articulação estratégico vertical (regional – sub-regional – local)** – essencial para uma territorialização eficaz e eficiente, embora tenham com insuficiências de coordenação entre a escala sub-regional e a local.
- **Desarticulação entre os processos de planeamento estratégico territorial e a definição dos instrumentos de programação** – limita a sensibilidade territorial da programação, já de si limitada pela rigidez normativa das concentrações temáticas de escala europeia.
- **Ineficiente integração de operações a partir de diferentes Avisos de Concurso** – falhas de conhecimento, desconfianças, desfasamentos temporais e complexidade burocrática.



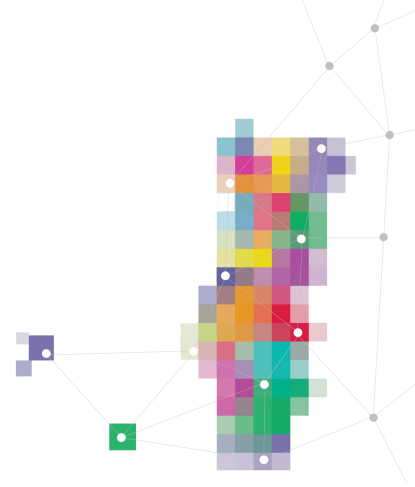
Da mobilização e articulação entre políticas

- **Prevalência de uma lógica de coesão e de redistribuição sobre uma lógica de convergência e de criação de valor e de emprego** – pelo mix de políticas e pelo tipo de instrumentos territoriais
- **Ganhos de racionalidade de provisão de Serviços Sociais de Interesse Geral** - aquém do desejado pela convergência das limitações de planeamento e organização do Estado.
- **Valorização incompleta da Política de Cidades** - insuficiências na abordagem urbana e do papel das cidades na estruturação o território nacional e na definição de subsistemas urbanos regionais.



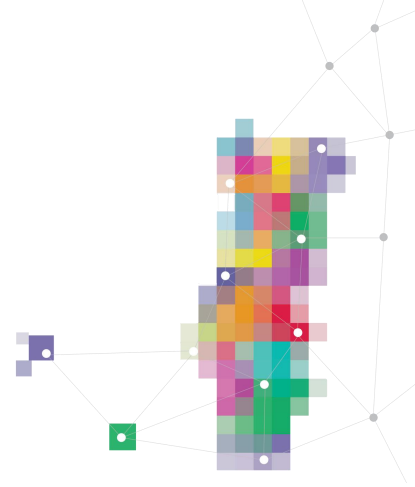
Da arquitetura de instrumentos à territorialização de políticas

- **Alinhamento da territorialização das políticas públicas com a organização territorial do Estado** – ganhos de coesão e de reforço institucional das CIM/AM, mas reduzida diferenciação territorial e ajustamento às necessidades específicas.
- **Configuração dos instrumentos criou promove a cooperação territorial** – permite explorar o desenho de intervenções integradas ajustadas às necessidades específicas.
- **Reduzida exploração de abordagens definidas pela delimitação funcional** – o que limita a capacidade de gerar resultados ao nível da convergência económica.
- **Situações de potencial sobreposição e redundância entre instrumentos** – necessidade de encontrar modelos de atuação com maior racionalidade que estabeleçam sinergias e complementaridades.



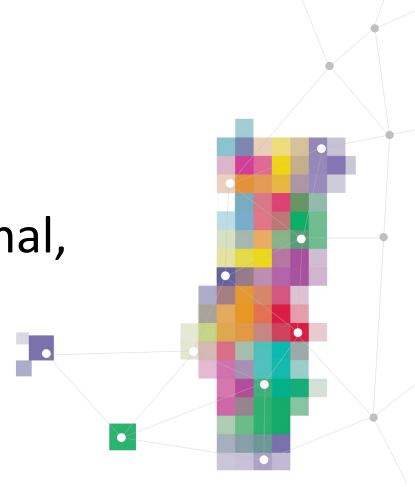
Dos desafios da governança territorial

- **Incapacidade em superar estrangulamentos estruturais de governança multinível** – instrumentos focam-se nos atores locais e faltam mecanismos facilitadores de uma governação multinível.
- **Heterogeneidades de desempenho sub-regional** – de liderança, condução técnica e promoção de articulações originam resultados desiguais.
- **Ganhos de liderança territorial, capacidade técnica e de reconhecimento institucional** – ativos fundamentais para o ciclo 2021-2027.
- **Condução territorial dos instrumentos focada no acompanhamento formal** – limitações para uma efetiva gestão descentralizada.



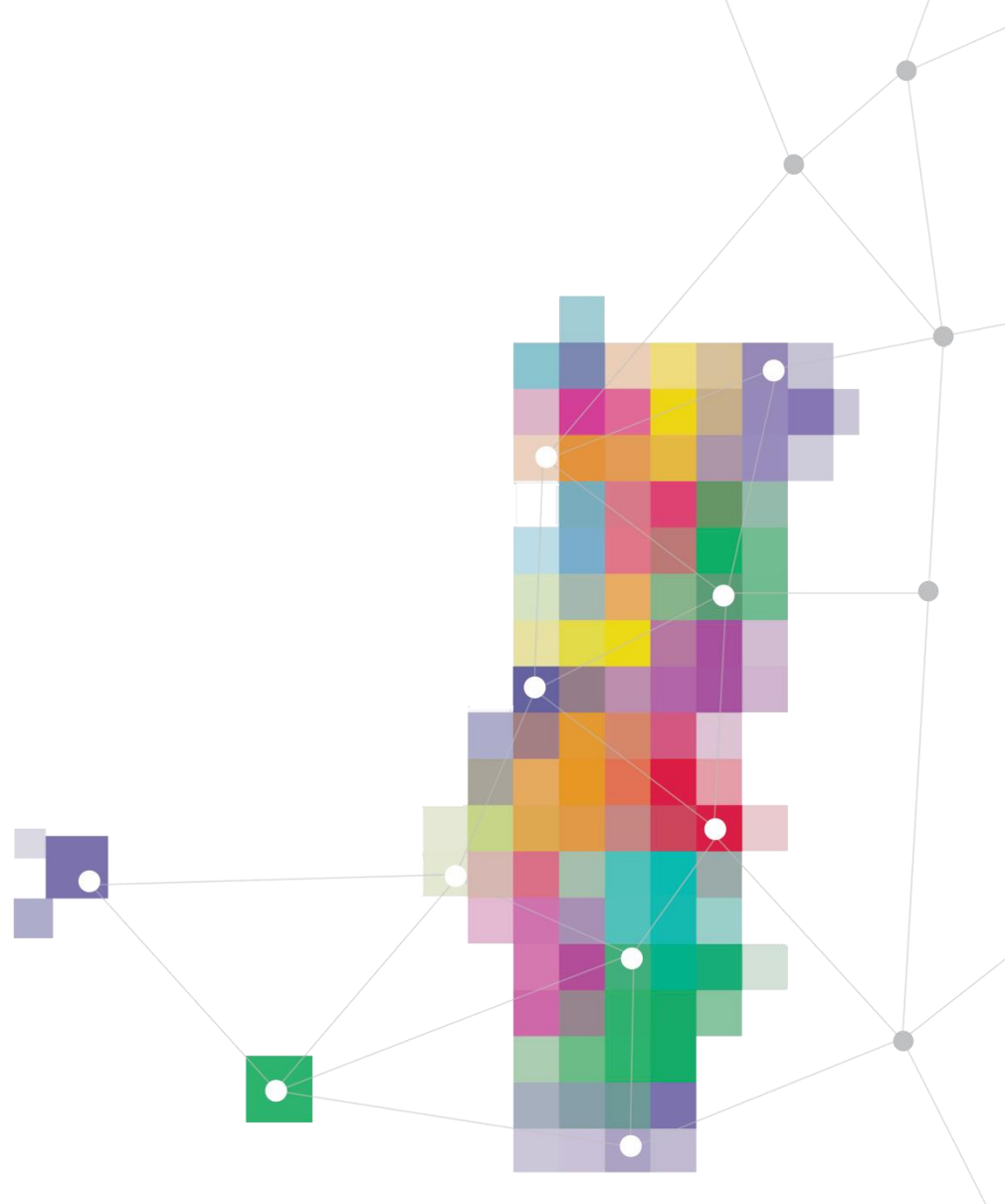
Principais recomendações transversais

- **Superar as fragilidades de organização e de funcionamento do Estado**, aos níveis regional, metropolitano e intermunicipal e de concretização do Sistema de Gestão Territorial consagrado na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.
- **Desenvolver os instrumentos de planeamento territorial e sectorial** que facilitem a tomada de opções políticas e promovam a integração territorial.
- **Preparar o ciclo 2021-2027 a partir de processos participados de planeamento estratégico de regional e sub-regional** e articular o planeamento com a programação.
- **Reavaliar a arquitetura de instrumentos e o mix de políticas para acelerar a convergência económica das regiões** face à média europeia. Especial atenção à **centralidade da política de cidades** e à **otimização da atuação em contexto rural**.
- Conferir às **CCDR um papel chave no acompanhamento dos instrumentos, na governação multinível, na coordenação intersectorial e na capacitação das CIM/AM**, ajudando a criar uma nova cultura de territorialização das políticas.



OBRIGADO

www.adcoesao.pt



AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS FUNDOS DA UNIÃO EUROPEIA: RESULTADOS NAS ABORDAGENS TERRITORIAIS

26 novembro 2019

Teatro S. Luiz | Jardim de Inverno | Lisboa

